

# Visita do Citi causa surpresa

por Paulo Sotero

de Washington

Porta-vozes do Citicorp e de outros bancos credores do Brasil procuraram descrever ontem a viagem que Ed P. Hoffman, um alto executivo do Citicorp, fez a Brasília, na sexta-feira da semana passada, para conversar com o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, como "uma simples troca de idéias". Eles afirmaram que Bresser já tinha recebido outros banqueiros americanos, recentemente. Fontes do Citicorp evitaram, ontem, comentar o conteúdo da conversa e reforçaram a versão dos fatos oferecida por Bresser Pereira, no fim de semana, segundo a qual nenhuma proposta foi apresentada ao governo brasileiro.

Hoffman, de acordo com as mesmas fontes, foi ao Brasil numa missão exploratória, representando apenas o banco para o qual trabalha, embora os executivos do Morgan Guaranty e do Lloyds Bank, que compartilham a presidência do comitê com o Citi, tivessem conhecimento de sua viagem.

Ainda assim a notícia provocou, ontem, uma reação inicial de ansiedade em algumas áreas financeiras, que se manifestaram surpresas com o momento escolhido para executar a missão e chegaram a suspeitar que o Citicorp estivesse empenhado em fazer uma proposta particular ao governo brasileiro, que resolveria o seu problema, mas poderia não ter exatamente o mesmo efeito para os demais credores.

Desde que o Citi adotou posições próprias nas negociações com o Chile e as Filipinas, contrárias às de outros grandes bancos americanos, e, principalmente, depois que o banco reforçou suas reservas, em maio passado, numa decisão surpreendente e que expôs a vulnerabilidade de alguns de seus concorrentes, existe no mercado uma percepção de que o Citicorp tomará, sempre que puder, as iniciativas que melhor servirem aos seus interesses como instituição, coincidam elas ou não com o interesse coletivo da comunidade de bancos. Essa percepção está refletida no fato de que, embora o Citicorp presida o comitê de bancos credores dos três países mais endividados da América Latina, o presidente de seu Conselho de

(Continua na página 21)

# Visita do Citi causa surpresa

por Paulo Sotero  
de Washington  
(Continuação da 1ª página)

administração, John Reed, não é considerado, pelos outros grandes bancos, como líder ou porta-voz do setor para a questão da dívida.

Esta não é a primeira vez que Hoffman, o principal estrategista do Citicorp para a questão da dívida, participa de uma tentativa de quebrar um impasse entre o Brasil e seus credores. Durante a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em setembro do ano passado, ele expôs à equipe do então ministro Dilson Funaro um plano de renegociação multianual que incluía a conversão de vários bilhões da dívida em investimentos e a fixação, por três anos, dos juros sobre cerca de US\$ 20 bilhões da dívida.

Seu propósito, na época, era atrair o Brasil para a idéia de voltar ao mercado voluntário de empréstimos — e ele mostrava como exemplo o caso da Turquia (que reconquistou o acesso ao mercado antes da atual crise da dívida).

Mas Funaro, que não acreditava na existência de um mercado para o qual o Brasil pudesse voltar e já começava a pensar na moratória, recusou a oferta.

De acordo com fontes oficiais brasileiras, ouvidas por este jornal, o eixo central das idéias que Hoffman levou a Bresser passava por um acerto dos compromissos da dívida em atraso.

Isso não chega a ser uma surpresa, pois é exatamente esta a linha de negociação que o Tesouro americano tem estimulado. Conforme declarou ao Los Angeles Times um dia depois de receber Bresser em Washington, no início deste mês, o secretário do Tesouro, James A. Baker III, vê a possibilidade de reclassificação para baixo do crédito brasileiro pelas autoridades bancárias americanas como um ponto de não-retorno, que, se for ultrapassado, abre um caminho de confrontação crescente.

Da perspectiva do Tesouro, é importante, por isso, que o Brasil e seus credores cheguem a um entendimento rápido pelo menos sobre as obrigações já vencidas, de forma a afastar a hipótese da reclassificação, que pode acontecer no final de outubro. Com esse propósito, em seu encontro com o ministro da Fazenda, ele lhe dissera que não porque os bancos insistiriam num acordo entre o Brasil e o FMI como pré-condição para renegociar a dívida já vencida. Na semana passada, antes que Hoffman voasse para o Brasil, Baker colocou-se à disposição do governo brasileiro, mandando perguntar "no que os EUA poderiam ser úteis".

Quaisquer que tenham si-

do as idéias levadas por Hoffman a Bresser, "elas foram rejeitadas", afirmou um alto funcionário do governo brasileiro, que se mostrou ao mesmo tempo contrariado com o fato de a missão secreta do executivo do Citicorp ter sido revelada. Um outro alto funcionário da área econômica, ouvido por este jornal, afirmou que proposta que o Brasil apresentará aos banqueiros, na próxima sexta-feira, não visa apenas a uma solução provisória. Ele indicou, também, que o mecanismo que o País oferecerá aos credores para converter dívida em títulos de longo prazo ainda não está completamente definido, e nem estará até o fim desta semana.

## NOVA YORK OU WASHINGTON?

O alto funcionário afirmou, ainda, que o local definitivo da reunião dos negociadores brasileiros com os banqueiros não está definido ainda. Esta questão parece ter potencial para se converter numa novela à parte.

No início da semana passada, quando anunciou o programa oficial da viagem do ministro da Fazenda, sua assessoria informou que a reunião com os banqueiros, da qual Bresser não participará, ocorreria em Nova York. No final da semana passada, fontes próximas ao comitê de bancos afirmaram a este jornal que, "a pedido expresso do governo brasileiro, a reunião ocorreria em Washington".

Nesse meio-tempo, o embaixador do Brasil em Washington, Marcílio Marques Moreira, afirmou que não sabia onde a reunião se realizaria. Ontem, o alto funcionário da área econômica, ouvido por este jornal, disse que ainda não há uma definição, contrariando tanto as informações do Ministério da Fazenda quanto as do comitê de bancos.

Fontes oficiais brasileiras e de bancos credores vêem na confusão os sinais de um esforço deliberado para afastar os jornalistas do local onde se realizará o encontro.

Paralelamente, os bancos com assento no comitê, que vinham procurando pressionar o governo brasileiro através de aumentos nos "spreads" e redução dos prazos de pagamento das linhas de curto prazo, decidiram dar uma trégua às agências dos bancos brasileiros em Nova York, afirmou a este jornal o diretor de uma delas.

Entre as representações dos bancos brasileiros nos EUA existe um forte temor de que um impasse no próximo encontro do Brasil com seus credores poderá levar a uma situação dramática, na qual muitas delas terão de fechar suas portas, por falta do que fazer.